

REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

Modernidade republicana: o Grupo Escolar Benjamin Constant e suas contradições espaciais (1922-1927)

Republican modernity: Benjamin Constant School Group and its spatial contradictions (1922-1927)

*Modernidad republicana: el Grupo Escolar Benjamin Constant y sus contradicciones espaciales (1922-1927)*Monika Reschke
Alberto Damasceno
Marcus Levy Bencostta**RESUMO**

Este artigo analisa como a arquitetura escolar colaborou para a formação do imaginário republicano, a partir do Grupo Escolar Benjamin Constant, fundado em Belém-PA, durante a Primeira República. Para a pesquisa bibliográfica e documental foram utilizados como fontes os relatórios dos governadores da época e da diretora deste grupo. Apesar de esse Grupo Escolar Benjamin Constant fazer parte da criação de grupos escolares pelo país, vemos que sua arquitetura não se enquadrava nas diretrizes arquitetônicas para este tipo de instituição. Como razões, estão a crise da economia da borracha e, sobretudo, sua localização em bairro operário e periférico.

Palavras-chave: Arquitetura; Grupo Escolar; Primeira República.

ABSTRACT

This article analyzes how the school architecture collaborated to the formation of the republican imaginary, based on the Benjamin Constant School Group, founded in Belém-PA, during the First Republic. The bibliographical and documental research used as sources the reports of the governors of the time and of the director of this group. Although this Benjamin Constant School Group was part of the creation of school groups throughout the country, we see that its architecture did not fit the architectural guidelines for this type of institution. The reasons are the crisis of the rubber economy and, above all, its location in a working-class and peripheral neighborhood.

Keywords: Architecture; School Group; First Republic.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo la arquitectura escolar colaboró a la formación del imaginario republicano, a partir del Grupo Escolar Benjamin Constant, fundado en Belém-PA, durante la Primera República. La investigación bibliográfica y documental utilizó como fuentes los informes de los gobernantes de la época y del directora de este grupo. Aunque este Grupo Escolar Benjamin Constant formaba parte de la creación de grupos escolares en todo el país, vemos que su arquitectura no se ajustaba a las directrices arquitectónicas de este tipo de institución. Las razones son la crisis de la economía del caucho y, sobre todo, su ubicación en un barrio obrero y periférico.

Palabras clave: Arquitectura; Grupo Escolar; Primera República.

Introdução

O presente estudo aborda a arquitetura escolar como resultado da ação republicana voltada para a modernização da educação e da infraestrutura existente nos grupos escolares, discutindo o caso do Grupo Escolar Benjamin Constant na década de 1920. Além disso, realizamos algumas reflexões sobre a proposta arquitetônica monumental em nível nacional e a estrutura desta escola primária na cidade de Belém-PA, salientando que estas aproximações:

Assumem implicações interpretativas que exigem o aprofundamento de questões relacionadas a historiografia da arquitetura escolar como, por exemplo, aquelas que envolvem a temporalidade e a localização do objeto arquitetônico construído [...] (ERMEL; BENCOSTTA, 2019, p. 6).

Na direção de investigar a proposta educacional republicana, os grupos escolares e sua arquitetura, utilizamos procedimentos da pesquisa bibliográfica, analisando materiais já publicados em livros, artigos e sites, além da pesquisa documental, especialmente em decretos, regulamentos, jornais, imagens, revistas, mensagens de governadores e relatórios do grupo escolar produzidos no período já mencionado.

A análise interpretativa dessas fontes foi influenciada pelo uso da temática adotada por Ginzburg (1986) de paradigma indiciário, na qual a alteridade da documentação porta provocações que nos levou a uma interação dialógica com elas e suas naturezas diferenciadas. Também partilhamos das teorias propostas por Escolano Benito (*apud* VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO 1998), de que a construção dos espaços escolares não engloba apenas o edifício-escola, mas também o seu entorno e a sua localização na trama de uma cidade, povoado, região, os quais devem ser examinadas como

elemento curricular. Neste momento é propícia a afirmação de Viñao Frago (*apud* BENCOSTTA, 2005, p. 5): “a instituição escolar possui um território demarcado, de limites mais ou menos estabelecidos, com diversos graus de porosidade em relação com o meio exterior”.

O material coletado do Grupo Escolar Benjamin Constant refere-se aos relatórios administrativos da diretora Aurélia de Seixas Franco, que atuou naquele estabelecimento no período de 1922 a 1927; trata-se de documentos encontrados no arquivo da própria escola.

Assim, partimos de um “estudo da história, a fim de formar uma visão do conjunto (mediante uma série de objetos e métodos selecionados). Uma vez formada a noção do todo, segue a especialização, que sem prévia situação no conjunto seria sem sentido” (RÜSEN, 2001, p. 27). Nesse sentido, adotamos procedimentos metodológicos que consideraram a multiplicidade de significados presentes na superfície das fontes e, com isso, procuramos explicar a estrutura de suas narrativas, em especial, as contradições textuais presentes na superfície da documentação administrativa com informações históricas que conduziram nossas interpretações.

Para finalizar, também levamos em consideração o que já foi afirmado por Bencostta que as imagens que aqui foram utilizadas representam:

Objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. (BENCOSTTA, 2011, p. 400).

Os grupos escolares e a arquitetura escolar monumental

Ao final do século XIX, a partir do panorama educacional herdado do Império, os políticos e educadores republicanos passaram a defender, segundo Buffa e Pinto (2002), a necessidade de construir prédios para fins exclusivamente escolares e que apresentassem estrutura ampla, arejada e atrativa, de modo que testemunhassem a “valorização que o Estado dava ao ensino e serviam, ainda, para que a população os admirassem” (BUFFA; PINTO, 2002, p. 32).

Era imprescindível a implantação de uma nova escola, organizada de acordo com os interesses do projeto educacional da nova ordem, fazendo-se primordial a formação integral do “povo nação”, tanto no âmbito moral quanto no intelectual. Segundo Souza (1998, p. 27), a República necessitava de “um amplo projeto civilizador que foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social”.

Segundo Saviani (*apud* GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO, 2005), foi esse o cenário em que os Grupos Escolares surgiram como uma instituição educativa inovadora, pois foram:

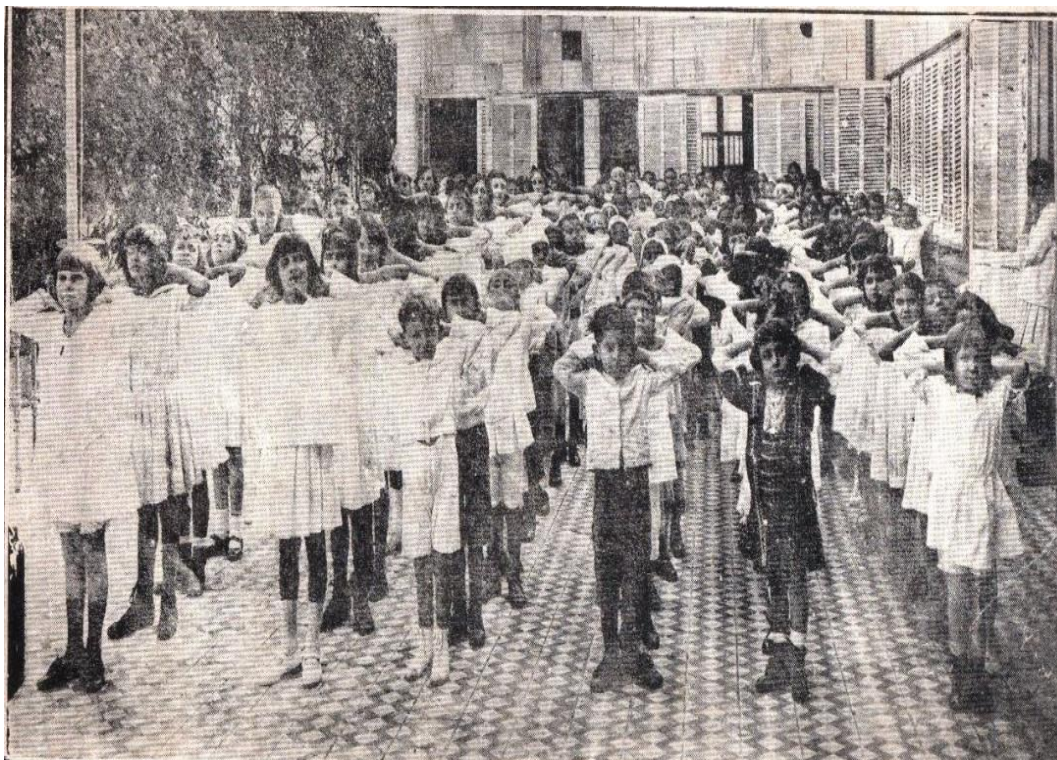
[...] criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidos no raio da obrigatoriedade escolar. Anteriormente a essa organização as escolas primárias, eram chamadas também de primeiras letras, essas classes denominadas de escolas isoladas ou avulsas e unidocentes (SAVIANI *apud* GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO, 2005, p. 24).

Os grupos escolares eram também conhecidos como escolas graduadas, nas quais o agrupamento dos discentes se dava de acordo com o grau ou série em que se situavam. Desta forma, surge no bojo do projeto republicano um modelo educacional que, embora tenha sido implantado primeiramente em São Paulo, foi aos poucos se difundindo pelos demais estados do país. Segundo Souza (2001), o primeiro grupo escolar foi idealizado por Caetano de Campos e criado em 1893, correspondendo à época:

A um novo modelo de organização administrativo-pedagógico da escola primária com base na graduação escolar, classificação dos alunos por grau de adiantamento, no estabelecimento de programas de ensino e da jornada escolar, na reunião de vários professores e várias salas de aula em um mesmo edifício-escola para atender um grande número de crianças, na divisão do trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino (SOUZA, 2001, p. 75).

Tratava-se de um contexto no qual o Estado assumia a função de urbanizar, higienizar e educar o povo, com o propósito de eliminar o atraso do país a partir da formação do cidadão, formulando assim uma nova ideia de nação, instituindo valores morais, cívicos e também higiênicos (GATTI JÚNIOR; PESSANHA *apud* GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO, 2005).

Figura 1 – No pátio do Grupo Escolar Benjamin Constant alunos fazendo ginástica sueca



Fonte: Magda (1919).

À época havia muita preocupação com a higienização devido ao crescimento populacional nas cidades, que favorecia a proliferação de doenças como varíola, cólera, entre outras. Isso justifica o fato de os grupos escolares servirem “de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas” (SANTOS, 2010, p. 10).

Estava sendo gestado no país um grande projeto civilizador, proveniente de uma necessidade política e social que tinha em vista atender “a exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), [que] tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano” (SOUZA, 1998, p. 27). Daí a importância da ampliação do número de alunos, o que afetaria diretamente a forma e a estrutura dos locais de ensino, culminando com o surgimento dos grupos escolares.

A partir daí, “os prédios escolares fizeram parte da produção da leitura da modernidade e do progresso feita pelas elites locais e se transformaram em um dos alvos prediletos para a difusão do ideário republicano” (AZEVEDO;

STAMATTO, 2012, p. 32), de modo que as políticas de edificações escolares passaram a construir prédios com a finalidade de se tornar:

O lugar onde se processa a formação do cidadão –, e o “modelo” grupo escolar institui-se, a partir de então, como representativo de uma época. Não obstante, os grupos escolares, assim como as reformas educacionais dos anos 1920 e 1930, tomam feições diferenciadas nos diversos estados, seja em consonância com os ideais defendidos por seus reformadores, seja pelas necessidades e dificuldades administrativas próprias de cada região (DÓREA, 2013, p. 169).

Segundo Faria Filho e Vidal (2000), os grupos escolares se tornaram exemplo de ordem, competência e seriedade, configurando-se como representantes do poder da modernidade e responsáveis pela travessia da nação brasileira ao desenvolvimento. Também se destacaram por sua arquitetura, didática e forma de compreender a educação, razão pela qual, ainda hoje em dia, podemos verificar que estas escolas se destacam por sua estrutura.

Antes da República, conforme sintetizam Buffa e Pinto (2002), as escolas eram para ler e escrever e, em sua maioria, funcionavam na casa do próprio professor ou em paróquias, cômodos de comércio, locais com pouca infraestrutura, de pouca circulação de ar e luminosidade, sendo o aluguel desses espaços pago pelo chamado mestre-escola. Já na Primeira República, os republicanos consideravam que era necessário mudar este modelo educacional e arquitetônico, estabelecendo um vínculo entre o edifício-escola e as concepções educacionais, pois, a partir do momento em que “as escolas primárias começaram a se organizar em classes sequenciais, passam a exigir uma nova organização do espaço escolar” (BUFFA; PINTO, 2002, p. 33).

No Pará do final do século XIX, o debate sobre a Instrução Pública se caracterizou pela preocupação por parte das autoridades públicas com a desorganização do ensino no Estado. A mensagem do Presidente da Província do Pará, Miguel José d’Almeida Pernambuco, ainda sob a vigência do Império, em fevereiro de 1889 – portanto 10 meses antes da Proclamação da República –, considerava a Instrução Pública como um “importantíssimo ramo do serviço publico” e revela ter encontrado nela “a mais completa desorganização”

reconhecendo que foi pequeno o resultado “colhido da avultada somma voltada a esse serviço” (PARÁ, 1889, p. 35)¹.

Durante esse período, no Pará, as escolas públicas funcionavam em casas que se achavam “mal acomodadas” e situadas em localidades que não satisfaziam as condições adequadas para a Instrução Pública, embora, para o presidente da Província, não fosse pequena a quantia despendida com seu aluguel.

Para resolver esses “inconvenientes”, Pernambuco propôs que fosse contraído empréstimo para a construção de casas próprias para escolas, antecipando, dessa forma, a ideia da criação de prédios especialmente construídos para este fim, o que constituiria em uma das primeiras providências dos governos republicanos na Instrução Pública.

As ideias de Pernambuco (1889) revelavam um sentimento existente no país durante a transição do Império para a República a partir das mudanças no cenário econômico, como o aumento das indústrias e a busca por mão de obra mais qualificada. Isso favorecia a defesa da instrução como elemento de integração do povo como nação e a resposta à necessidade de uma nova Escola, organizada de acordo com os interesses do projeto educacional da ordem que se implantava, sendo bastante pronunciada a “tendência a considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à ideia da ‘escola redentora da humanidade” (SAVIANI, 2014, p. 22).

Mesmo com o início dos debates sobre a modernização da instrução ter-se iniciado antes mesmo do alvorecer da República, o ensino primário começou a ser ofertado nos grupos escolares durante o governo de José Paes de Carvalho a partir do Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899 que estabelecia, em seu artigo 84, que o Governo poderia reunir escolas para funcionar em um só prédio. Segundo o próprio governador, essa morosidade no desenvolvimento do ensino primário deveu-se à carência de professores titulados, à falta de inspeção escolar e de prédios próprios ao funcionamento das escolas. Antes mesmo da promulgação deste Decreto, Paes de Carvalho

¹ Com relação ao uso das fontes coletadas e utilizadas, mesmo entendendo que poderíamos atualizar a escrita das mensagens dos governadores, preferimos manter sua redação original optando pela conservação do linguajar peculiar ao período definido no recorte temporal, enquanto uma escolha que visa a dar profundidade e perspectiva ao nosso objeto.

ressaltava que “a nossa escola primaria vem de ha muito a reclamar edificios proprios para seu funcionamento” (PARÁ, 1898, p. 16). Em razão disso, propôs, no orçamento público, verbas para o início da construção das referidas edificações.

Na mensagem de 1º de fevereiro de 1901, dirigida ao Congresso do Estado, Carvalho começou a abordar o tema da Instrução Pública com palavras de entusiasmo, devido aos bons resultados, segundo seu julgamento, do recém-implantado regulamento. Argumentava que “o nosso ensino primario que vinha de ha muito apresentando evidentes symptomas de decadencia e abatimento recebeu, no regulamento de 2 de janeiro de 1899, impulso que felizmente o vae por toda parte animando e reerguendo” (PARÁ, 1901, p. 51). Destacando novamente a falta de infraestrutura das escolas, afirma que era “lastimável a condição da vida material de nossas escolas, na quasi totalidade alojadas em casas sem hygiene, sem luz e sem espaço, despidas quasi completamente de moveis escolares e sem os elementos indispensaveis a uma casa de ensino” (PARÁ, 1901, p. 52).

Podemos perceber que as três razões responsáveis pela morosidade do desenvolvimento da instrução no estado, conforme apontadas pelo Governador, iriam se consubstanciar em motivos determinantes para a criação dos grupos escolares, pois se transformaram em algumas das características mais determinantes na estruturação deste tipo de estabelecimento.

Para o governador José Paes de Carvalho os grupos escolares proporcionariam uma modernização da educação no estado do Pará. Em seus discursos, demonstrava ser adepto do pensamento moderno, manifestando em uma de suas falas sobre a ciência moderna que a autoridade governamental, independentemente de sua posição, deveria guiar-se por um ensino moderno que proporcionasse ao estudante se aproximar das verdades da ciência (PARÁ, 1900). Em outro capítulo da mesma mensagem, ele admite que “continua em movimento ascendente a renda do Estado, e no exercicio passado excedeu ella a do anterior em mais de 30%, sendo o excesso sobre a orçada superior a mil e setecentos contos de réis, ouro” (PARÁ, 1900, p. 75-76).

Nesse contexto de propagação do discurso de modernidade da educação e de economia forte com a produção gomífera², o governador Paes de Carvalho criou seis grupos no interior do Estado, sendo o primeiro no município de Alenquer, pelo Decreto nº 722, de 10 de julho de 1899. Em Belém, o primeiro a ser criado foi o Grupo Escolar José Veríssimo, em 7 de janeiro de 1901, e alguns meses depois, o grupo objeto deste estudo, o Grupo Escolar Benjamin Constant.

O Grupo Escolar Benjamin Constant

O Decreto nº 1.067, de 12 de agosto de 1901 estabelecia em seu artigo 1º que o grupo funcionaria em um prédio arrendado para esse fim, que ficava na travessa Benjamim Constant, na esquina com a Rua Paes de Carvalho. Suas aulas começaram dentro de quatro dias a contar da publicação do decreto no Diário Oficial, o que ocorreu em dia 15 de agosto do mesmo ano, com funcionamento previsto para no dia 19, iniciando suas atividades com o antigo Curso Primário, de 1ª a 5ª série.

² A produção gomífera, referente à extração e exportação da borracha, foi responsável pela substituição da economia extrativista de gêneros regionais como as drogas do sertão e artigos alimentícios. Graças a ela a economia da região amazônica, especialmente nos estados do Pará e do Amazonas, experimentou crescimento significativo no período situado entre os anos de 1880 a 1910, quando a produção da goma atraiu mão de obra predominantemente nordestina e propiciou o enriquecimento de setores médios e altos da sociedade da época devido à forte exportação do produto.

Figura 2 – Fachada do prédio do Grupo Escolar Benjamin Constant, provavelmente na década de 1930



Fonte: Pará (1939).

O grupo era constituído pelas escolas isoladas que foram consideradas extintas desde a data de instalação do novo estabelecimento. Eram elas: a 1ª Escola Complementar Mista, no 4º Distrito; a 2ª Escola Elementar do Sexo Feminino e a 3ª Elementar do Sexo Masculino, no 2º Distrito; a 1ª Elementar do Sexo Masculino, 6ª e 7ª Elementares do Sexo Feminino, no 3º Distrito, e a 10ª Elementar do Sexo Feminino, no 4º Distrito.

Em que pese ser denominado 2º Grupo da Capital, posteriormente chamado de Grupo Escolar Benjamim Constant, foi criado dois meses após a criação do 6º Grupo da Capital, em 8 de junho, e do 4º Grupo da Capital, mais tarde denominado José Veríssimo, em 7 de janeiro, todos do mesmo ano.

A instituição deixou de ter a denominação de 2º Grupo Escolar devido à solicitação do diretor Raymundo Trindade que, em Relatório ao Diretor da Instrução Pública, expressou que era desejo da comunidade pedir ao Exmo. Sr. Governador a designação do dia 19 de agosto (data de funcionamento), para ser declarado oficialmente Grupo Escolar Benjamin Constant, em homenagem a um dos fundadores da República.

No que se refere à localização do estabelecimento, de acordo com a certidão de registro de imóveis de criação, ele se situava na Travessa Benjamin

Constant, a antiga Rua da “Princeza”, esquina com a Rua “Paes de Carvalho”, atual Senador Manoel Barata. Esse endereço é localizado no bairro do Reduto, que durante a economia gomífera apresentou um significativo crescimento industrial e comercial, pois era interligado pelo Igarapé da Fábrica, que teve esta denominação inicial devido a uma “fábrica de sola na foz desse igarapé, mas depois passou a se chamar igarapé do Reduto” (SOUSA, 2007, p. 01).

Figura 3 - Mapa de Belém com indicação de localização do grupo escolar Benjamin Constant



Fonte: Braga (1916).

Nos anos 1910, a capital paraense, em razão do êxito da economia da borracha, foi cenário de intenso enriquecimento e de profunda reestruturação urbana. Entretanto, com o declínio das demandas pelo látex amazônico a partir dos anos 1920, a região não escapou da estagnação econômica.

A saída encontrada pelos capitalistas regionais foi o investimento em outras atividades produtivas, principalmente no ramo industrial. Foi nesse contexto que o bairro do Reduto se tornou uma área destinada à implantação de estabelecimentos fabris e outras manufaturas, acabando por se constituir

em um bairro de trabalhadores assalariados com traços singulares. Mourão (1989) informa que as indústrias no Pará se constituam basicamente em duas:

Aquelas que produziam matérias-primas semimanufaturadas, destinadas, quase exclusivamente à exportação, como as que produziam a borracha lavada laminada, o couro curtido, madeira serrada, óleos e essências, ou beneficiavam a castanha, prensavam a juta e selecionavam sementes oleaginosas, e aquelas que produziam bens de consumo direcionados pelas necessidades locais, como a indústria da construção civil, alimentação, bebidas, produtos para a higiene e limpeza, calçados, chapelaria e vestuário (MOURÃO, 1989, p. 46-47).

Era no Reduto que as fábricas se concentravam, apesar de sua variedade e processos tecnológicos diversificados. Havia grandes indústrias, como a “Perseverança”, que produzia cordas, cabos, barbantes e outros produtos semelhantes, com um corpo de operários com cerca de 1.000 pessoas, mas lá também havia:

grandes lojas de ferragens, tecidos, padarias, casas aviadoras, etc. Deste modo, gradativamente o Reduto foi se constituindo em um bairro de periferia fabril, característica que mantém até a segunda metade do século XX. Perdia assim a condição de “bairro-mercado” para assumir a condição de “bairro operário” (SOUSA, 2007, p. 3).

Em razão dessas características, o Reduto passou a ser um bairro predominantemente operário, com qualidades e necessidades específicas atendidas pelo governo, mesmo que parcialmente. Esse processo, sustentado pelos patrões, oscilava “entre o exercício da repressão e o paternalismo que cria ‘concessões’ como construção de vilas operárias, instalação de armazéns, farmácias, **escolas**, assistência médica” (SOUSA, 2007, p. 87, grifo nosso).

Segundo Sousa (2007), o Grupo Escolar Benjamim Constant recebia crianças oriundas das classes trabalhadoras, como é o caso de Juvenal Haick, o mais velho de uma família de 10 filhos que:

começou a trabalhar ainda garoto engraxando sapato, vendendo sorvetes na rua e na época do Círio fazia roque-roque para vender no arraial de Nazaré. [...] Juvenal estudou no grupo escolar Benjamin Constant e depois como bolsista no Colégio do Carmo onde ficou até o primeiro ano ginásial quando largou os bancos escolares (SOUSA, 2007, p. 100).

Também de acordo com a certidão de registro de imóveis, o terreno em que funcionava o Grupo Escolar Benjamin Constant era propriedade de

Antonio Ribeiro de Campello e do Estado do Pará, representado por seu Procurador Fiscal da Fazenda, Dr. Casemiro Gomes da Silva, que adquiriu a propriedade na data de 3 de agosto de 1938. Sendo os transmitentes:

[...] Alfredo Luiz Machado e sua mulher Maria do Rosario Machado, domiciliados na cidade, do Porto Portugal, representado por seu procurados Mario Romano Marcus, Carolina Machado de Amorim, Maria de Belém Campello, residente na cidade de Lisbôa Capital da Republica Portuguesa, inventariante dos bens ficados, por falecimento de seu marido Antonio José Ribeiro Campello, por si e representante legal de seu filho menores impúberes Alexandrina de Belém; Maria de Belém e Maria Victoria [...].³

Desde sua origem, o Reduto foi destinado a comércios, feiras e usinas, habitado pela população mais pobre, apresentando “feições de bairro dinâmico, atraindo inúmeras pessoas que iam ali para comprar ou vender e, as que vendiam e ali moravam, e depois de bairro operário, onde muitos passaram a trabalhar e a residir” (SOUSA, 2007, p. 1). Mesmo com a crise da economia da borracha na década de 1920, o bairro continuou com o “desenvolvimento de outras atividades econômicas, como as fabris que foram capazes de sustentar a economia local por várias décadas” (SOUSA, 2007, p. 2).

Instrução pública e espaço escolar: o diálogo entre as mensagens dos governadores e os relatórios da diretora Aurelia Franco na década de 1920

A partir da leitura dos relatórios da diretora Aurelia Franco e das Mensagens dos Governadores do Estado foi possível pontuarmos algumas passagens e produzir inferências sobre a situação da instrução pública paraense na década de 1920, bem como sobre as condições do espaço escolar do grupo Benjamin Constant.

Iniciamos a análise a partir de 1922 com a mensagem do governador Antonino Castro, que assim se manifestava a respeito da crise que assolava o Estado do Pará:

A instrução primária continúa superentendida pela Secretaria Geral do Estado por motivo de economia, e não póde apresentar-se diferente da que vos expuz na minha mensagem anterior, em consequencia das dificuldades financeiras, cuja modificação, unicamente, permitirá atender

³ Informações obtidas junto ao Cartório de Registro de Imóveis 2º Ofício.

em melhor escala ás exigencias do ensino publico do primeiro gráo (PARÁ, 1922, p. 66).

Naquele mesmo documento, o Gymnasio Paes de Carvalho é usado como exemplo de solução encontrada para sanar as limitações orçamentárias. Diante da impossibilidade de reparar os edifícios públicos, o governador autorizou o diretor “a effectuar parcialmente os concertos mais urgentes, empregando para isso o producto das taxas de matricula, unica a que estão sujeitos os alumnos desse estabelecimento” (PARÁ, 1922, p. 68).

Na mensagem de 1923, ele deixa claro o quadro geral de inadimplência no Estado, admitindo a “impossibilidade dos pagamentos a tempo do professorado primario, principalmente nas escolas isoladas do interior do Estado” (PARÁ, 1923, p. 53). Também apresenta uma situação bastante crítica dos Grupos Escolares, alegando que outras obrigações mais urgentes não permitiram o repasse de recursos necessários à manutenção do ensino.

Os predios dos 18 grupos escolares do Estado, comprehendidos os 7 da capital, tanto os que pertencem ao governo como os que são alugados, precisam de concertos e não tem sido possível realizal-os, prejudicando isto mesmo o funcionamento das aulas, como acontecem Curuçá. O mobiliário escolar, começando pelos grupos da capital, todo elle carece de reforma, principalmente quando os progressos da hygiene escolar nos últimos dez annos, têm variado e aperfeiçoado esses utensilios do trabalho na escola. Nada, entretanto, se tem podido fazer nesse sentido, porque obrigações muito urgentes absorvem os elementos que, em condições normaes, teriam sido destinados áquelle fim (PARÁ, 1923, p. 53).

O relatório de Aurelia, referente ao biênio 1922 a 1923, corrobora o pessimismo das mensagens do governador Castro e reflete a profunda crise pela qual passava o Estado. A diretora menciona a lastimosa situação financeira como a “única causa” que dificultava a assiduidade dos professores, em que pese destacar sua “boa vontade”.

Muito se há trabalhado nesta casa de ensino em beneficio da instrucção do nosso estado, e, lastimando profundamente a situação financeira que atravessamos, causa única que concorre para o professorado experimentar dificuldades no assíduo comparecimento, vejo contudo a melhor boa vontade do corpo docente, boa vontade esta, alliada a intenção de todos os que aqui trabalham pelo desenvolvimento intellectual dos alumnos matriculados neste grupo (FRANCO, 1923, n. p.).

Quando se refere à abertura das aulas em fevereiro de 1923, Aurelia manifesta seu embaraço ao relatar alguns fatores que poderiam prejudicar a rotina de funcionamento do grupo e a solução encontrada, como “a falta de elementos indispensáveis a esse fim e, não querendo paralisar os trabalhos escritos, ..., foi-me necessário prover a muita custa este estabelecimento de papel, giz, tinta, lapis, et. Para atender os interesses do ensino” (FRANCO, 1923, n. p.). O prédio e o mobiliário do grupo, segundo a diretora, também sofriam com a falta de cuidados: “Em mal estado de conservação encontra-se o prédio, tornando-se necessários serios consertos para que elle venha a servir ao fim a que esta destinado. O material escolar em uso acha-se em pessimas condições, precisando urgente substituição” (FRANCO, 1923, n. p.).

Mesmo considerando que o texto de Aurelia tenta aparentar uma posição equilibrada em relação aos problemas, as expressões utilizadas não deixam dúvidas quanto à gravidade da situação. Ele atesta o funcionamento irregular da escola e que a paralisação de suas atividades só não ocorreu por causa da sua intervenção pessoal no sentido de prover “a muita custa” o material necessário.

O segundo relatório de Aurelia Franco refere-se ao período de 1923 a 1924, consentâneo ao de Antonino Castro, que segue elogiando os professores por causa de sua resignação diante da precariedade de seu trabalho e remuneração. De acordo com a Mensagem do Governador, não fosse a compreensão e a atitude elevada e nobre desses profissionais, não seria possível evitar um colapso no sistema de ensino. Entretanto, o que ele chama de “ressurgimento financeiro” não seria capaz de restituir o que é devido aos mestres.

O Pará teria, na sua crise econômica e financeira, por que se resentir, no ensino público, se a compreensão elevada e nobre dos que educam, e servem tão elevada missão não reagisse, evitando uma solução de continuidade lamentável e desastrosa ao futuro das gerações paraenses. [...] Mas, a verdade é que o problema, por enorme complexo, requer, a par de trabalho lucido e incessante, dispêndios elevados que o nosso ressurgimento financeiro não comporta ainda (PARÁ, 1924, p. 77).

É nesse quadro de privação e escassez que se dá a abertura das aulas de 1924 no Grupo Escolar Benjamim Constant, adiada em razão dos consertos

que ainda estavam sendo realizados. É interessante ressaltar que, em seu relatório, a diretora se refere elogiosamente aos esforços do ex-Secretário Geral do Estado Arthur Porto, responsável pelos “reparos necessários no prédio onde funciona este grupo, e bem assim, no mobiliário, ligeira limpeza” (FRANCO, 1924, n. p.). Todavia, isso estava longe de significar a resolução dos problemas, pois ainda se faziam necessárias medidas alternativas para suprir as necessidades do alunado. No item referente ao Caixa Escolar⁴, a diretora informa que “pelo aniversario do grupo anno passado e de ordem do Exmo. Snr. Dr. Barroso Rebello, então secretario geral do Estado, foi retirada do banco a quantia de 500\$ que foi empregada em sapatos, uniformes e merenda a diversos alunos pobres” (FRANCO, 1924, n. p.).

Em 1925, assume o governo Dionysio Bentes, que em sua Mensagem sugere o início de uma reação econômica, pois este já menciona reformas e reparos em escolas públicas em sua Mensagem, além de externar preocupação em aumentar o número de escolas, em particular por meio da criação de escolas noturnas para “moças e moços operarios, que, entregues aos seus labores diarios, não poderiam frequental-as, ficando dest’arte, privados de tão grande beneficio” (PARÁ, 1925, p. 56). Porém, a situação parecia não mudar para os professores, que continuavam a ser elogiados, mas sem fazer jus a contrapartidas satisfatórias. Disse o governador que:

Apesar das vicissitudes, por que teve de passar o ensino publico, no estado, devido ás aperturas financeiras, que atingiram, por muitos annos, o Thesouro do Estado, manteve-se sempre, pela dedicação incomparavel de mestres abnegados, senão no seu antigo fastigio, ao menos organizado (PARÁ, 1926, p. 55).

Também se encontra nas palavras do Secretário Geral do Estado e Diretor Geral do Ensino, Deodoro de Mendonça, um misto de “justificativa elogiosa”:

A longa syncope economico-financeira do Pará, repercutindo sobre a instrucção publica, maltratando o seu funccionalismo, que não pode receber com a necessaria pontualidade siquer os parcos vencimentos atribuidos como remuneração de seu trabalho, produziu um sensivel abalo na organização existente, alastrando a irregularidade que se inicia com a falta de

⁴ Nos relatórios, era comum haver referência a este item, o que nos permite inferir sobre seu papel de destaque na vida administrativa do estabelecimento.

assiduidade do professor e toma maior vulto com a ausência consequente do aluno às aulas.

[...] Apesar dessa crise, que não ha exaggero em consideral-a violenta, a desorganização não attingiu a extremos e o ensino, sofrendo embora duras vicissitudes, não se dissolveu e continuou sob o abnegado trabalho dos dignos membros do magisterio a impedir que no exame de futuras gerações a lembrança da defecção economica do Pará assignalasse também essa mais grave e duradoura do analphabetismo, da ignorância (PARÁ, 1925, p. 57).

Se a mensagem de 1925 já apontava alguns tímidos avanços na recuperação econômica do Estado e, por conseguinte, algumas iniciativas de investimento na instrução pública, em 1926, já não se percebe mais os reclamos do governador em relação à situação financeira negativa. Nesse período, inclusive, dá-se a criação de prêmios escolares de natureza pecuniária, e já se percebem medidas relacionadas a reformas físicas nas escolas.

No relatório referente a esse período, Aurelia Franco não poupa elogios ao governador, asseverando os resultados positivos alcançados como resultado de suas realizações:

Visto que a frente do destino do nosso glorioso Estado está um homem sinceramente intencionado [...] do credito moral e intelectual da nossa terra e da futura mocidade que mais tarde será o forte baluarte (FRANCO, 1926, n. p.).

A diretora também repete os elogios ao corpo docente, especialmente de seu Grupo Escolar, ao observar como algo aproveitável no que se referia ao ensino a “assiduidade, esforço e boa vontade do corpo docente e adiantamento dos respectivos esforços” (FRANCO, 1926, n. p.). Por outro lado, sem poder escamotear a situação crítica em que ainda se encontra a escola que dirige, Aurelia passa a relacionar os problemas que precisa resolver:

De acordo com o officio dirigido a V. Ex^a. por essa directoria, a repartição das obras publica mandou retirar algumas goteiras do telhado deste grupo, necessitando de mudanças de algumas taboas do assoalho, bem assim o conserto da descarga que continua no mesmo estado, apesar das limpezas que foram feitas. [...] Outro melhoramento que vem uma grande lacuna é a cobertura do [telhado] que há ao lado e que bem assim poderia servir para os exercícios militares e gynasticas [...] o quintal dos fundos vive no mais lastimável estado de humanidade [sic] por causa do declive ... e também pela enorme quantidade de agua. Lembrar a V. Ex^a. a conveniência de se mandar aterra-lo, evitando desse modo, foco de insectos

que são prejudiciais à saúde. O mobiliário sofreu ligeira limpeza feita pelos alunos do instituto Lauro Sodré, havendo ainda alguns serviços a fazer (FRANCO, 1926, n. p.).

Em sua comunicação de 1927, Dionysio Bentes admite a necessidade de maiores espaços e maior quantidade de professores para atender ao aumento de candidatos à matrícula na instrução pública dos grupos escolares, que estariam recebendo um contingente três vezes maior do que o pedagogicamente adequado. Segundo ele, era comum haver “aulas, com uma professora e uma adjuncta, por exemplo, [que] teem frequencia de 100 e mais alumnos, abarrotando as salas e ultrapassando a medida de esforço dos professores. Escolas isoladas ha, onde uma educadora dirige 60 e 80 creanças” (PARÁ, 1927, p. 8). Ainda de acordo com o Governador, os quadros estatísticos demonstravam que “a aversão ao estudo, a indiferença criminosa á escola, dos paes e responsaveis pelos meninos, vai desaparecendo, felizmente” (PARÁ, 1927, p. 8).

Tal informação reflete a preocupação com o aumento da quantidade de alunos e sua relação com a higiene por parte de Aurelia de Franco, conforme expresso no relatório do ano anterior quando afirmava a necessidade de:

A bem da higiene, que as sentinas fossem colocadas no fundo separadas do corpo principal do edifício por dois corredores, um para o serviço da secção feminina e outra para a masculina, utilizando-se o espaço então desocupado para uma sala de aula que se torna necessária, devido o numero de matricula já um tanto elevado (FRANCO, 1926, n. p.).

No último ano de sua gestão, Aurelia Franco continua objetando a falta de materiais pedagógicos e a necessidade de algumas obras estruturais, mas relata que alguns serviços foram realizados para atender ao pedido que realizou junto à Diretoria de Obras Públicas, referentes a “concertos mais necessários para sustentar os alicerces, deste grupo, além de outros feitos no pateo” (FRANCO, 1927, n. p.). Na mensagem de 1927, Dionísio Bentes atesta que os prédios foram devidamente consertados e seu mobiliário recebeu reparos gerais ao se referir aos grupos escolares existentes na capital. Todavia, contrastando com a informação do governador, a diretora do grupo Escolar Benjamim Constant, “certa de que serão tomadas as providencias necessárias”, faz chegar ao conhecimento do Secretário Geral do Estado “a deficiência que existe no mobiliário escolar desta casa de ensino” (FRANCO,

1927, n. p.). Mais uma vez, mencionando o “crescente numero de alunos que se têm matriculados este anno [1927], esta Directoria espera de V.Ex^a. providencias para lhe ser fornecido um certo numero de carteiras, afim de poder colocar as crianças” (FRANCO, 1927, n. p.).

Os conteúdos das mensagens dos governadores paraenses, em diálogo com os relatórios da diretora Aurelia Franco, atestam um contraste entre a estrutura imponente dos grupos escolares do projeto republicano e a realidade do grupo escolar Benjamin Constant na década de 1920, haja vista as instalações precárias deste estabelecimento e as necessidades que ultrapassavam a falta de infraestrutura, alcançando também questões de natureza pedagógica.

Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, a consulta às fontes e às bibliografias produzidas por vários pesquisadores do campo da História da Educação nos possibilitou compreender tanto o projeto educacional proposto pelos republicanos durante a Primeira República, quanto o discurso de modernização e expansão da educação, que não foi igual em todos os estados do país.

O interesse pela educação se baseava no fato de que a escola deveria ser o instrumento ideal para transmitir os ideais de modernidade e de desenvolvimento político, econômico e social, além de o espaço escolar ser um ambiente propagador da ordem e do progresso.

É nesse contexto que surgem os grupos escolares, com as funções de formar o cidadão brasileiro, diminuir o grande índice de analfabetos e adestrar mão de obra para o trabalho nas indústrias. Nessa perspectiva, as escolas foram projetadas e planejadas a partir de objetivos que iam muito além de ensinar e aprender, na medida em que também tinha o escopo de civilizar a sociedade brasileira a partir de princípios morais e patrióticos.

Para tanto, os grupos escolares também deveriam ser instituições com arquitetura imponente e de grande beleza para serem admirados pelo povo, de modo a “evidenciar os sinais da entrada no novo período histórico. Ao contrário das escolas isoladas [...] os grupos deveriam aparecer e permanecer” (SANTOS, 2009, p. 79).

Entretanto, se a política educacional da época previa grupos escolares projetados para atender requisitos de higiene, espaços arejados e salubres, com uma arquitetura imponente e que se diferenciava dos demais prédios públicos, o que se viu em Belém na década de 20 foi o contrário.

Os professores trabalhavam sob condições adversas, que iam desde a falta de giz, que a diretora relatou ter comprado com recursos próprios, até a falta de pagamento de seu salário, o que revelava absoluta falta de prioridade e investimento público na educação.

Restou evidente que o espaço escolar do grupo Benjamin Constant não só não atendia às proposições arquitetônicas do projeto republicano, como também deixava a desejar em aspectos básicos da boa prática construtiva da época, inclusive em termos da manutenção física.

É possível inferir, por fim, que a falta de reparos na escola se dava em razão da crise econômica enfrentada pelo Estado a partir da quebra da economia gomífera, assim como é possível inferir que a falta de investimentos, especificamente neste grupo, pode ter-se dado por causa de sua localização, em um bairro de periferia, formado basicamente por operários e trabalhadores autônomos, fator que pode ter favorecido um maior descaso do governo, visto que o espaço escolar dos grupos “no tecido urbano pode, por um lado, desencadear leituras que dizem respeito à escola como um componente privilegiado de um urbanismo planejado e, por outro, como uma instituição localizado em suas margens” (ERMEL; BENCOSTTA, 2019, p. 4-5).

Referências

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Escola da ordem e do progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte*. Brasília: Liber Livro, 2012.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 397-411, jan./jun. 2011.

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971*. São Carlos; Brasília: EdUFSCar; INEP, 2002.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação *Educar em Revista*, Curitiba, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013.

ERMEL, Tatiane de Freitas; BENCOSTTA, Marcus Levy. Escola Graduada e Arquitetura Escolar no Paraná e Rio Grande do Sul: A Pluralidade e os Edifícios para a Escola Primária no Cenário Brasileiro (1903-1928). *Revista História da Educação*, Santa Maria, v. 23, e83527, p. 1-35, 2019.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-Escola e Currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 14, p. 20-34, maio/ago. 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EDUFU, 2005. p. 71-90.

MAGDA, Maria de. A moda. *A Semana: revista ilustrada*, Belém, Ano 1, 49, 1919.

MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Snr. D.^r Miguel José d'Almeida Pernambuco Presidente da Provincia abriu a 2^a Sessão da 26^a Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889*. Belém: Typ. de A.F. da Costa, 1889.

PARÁ. Interventor Federal (1938-1942: J. C. Gama Malcher). *Álbum do Pará*. Belém: H. Rodrigues, 1939.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 15 de abril de 1898*. Belém: Typ. do Diario Oficial, 1898.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1900*. Belém: Typ. do Diario Oficial, 1900.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901*. Belém: Typ. do Diario Oficial, 1901.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1921. Pelo Governador do Estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro.* Belém: Imprensa Oficial, 1921.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antonino Emiliano de Sousa Castro. Governador do Estado do Pará.* Belém: Imprensa Oficial, 1922.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da [...] pelo Governador do Estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro.* Belém: Imprensa Oficial, 1923.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da [...] pelo Governador do Estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro.* Belém: Imprensa Oficial, 1924.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1925, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes.* Belém: Imprensa Oficial, 1925.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1926, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes.* Belém: Imprensa Oficial, 1926.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes.* Belém: Imprensa Oficial, 1927.

FRANCO, Aurelia Seixas. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1922-1923.* Belém: Imprensa Oficial, 1923.

FRANCO, Aurelia Seixas. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1923-1924.* Belém: Imprensa Oficial, 1924.

FRANCO, Aurelia Seixas. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1925-1926.* Belém: Imprensa Oficial, 1926.

FRANCO, Aurelia Seixas. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1926-1927.* Belém: Imprensa Oficial, 1927.

GINZBURG, Carlo. Morelli, Freud and Sherlock Holmes: Clues and Scientific Method. *History Workshop*, Oxford, n. 9, p. 5-36, 1980.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História – fundamentos da Ciência Histórica.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Luciano Rodrigues dos. O médico-higienista e a arquitetura escolar no Brasil sob o prisma da educação sexual entre os séculos XIX e XX. *Scientia Plena*, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 1-12, 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade. *Cadernos de História*, Mariana, ano 4, v. 8, n. 2, p. 69-83, dez. 2009.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EDUFU, 2005. p. 7-31.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* *O legado educacional do século XX no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 9-54.

SOUSA, Rosana Padilha de. História e memória de um bairro operário: Reduto 1910-1930. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais* [...]. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografia escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

Recebido em: 17/01/2023.

Aceito em: 17/02/2023.

Monika Reschke

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará (PGEDA/UFPA), integrante do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA), pesquisadora na área da História da Educação, Política e Gestão Educacional.

 reschke.monik@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3833330713119333>


 <https://orcid.org/0000-0002-4756-9179>

Alberto Damasceno

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor titular da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM).


 albertofdamasceno59@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>


 <https://orcid.org/0000-0003-1620-6735>

Marcus Levy Bencostta

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Titular de História da Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pesquisador na área de História, atuando principalmente nos temas: Arquitetura Escolar, Culturas Escolares e Fotografias Escolares.

 marcus@ufpr.br

 <http://lattes.cnpq.br/2831847079827819>

 <http://orcid.org/0000-0003-3387-7901>